



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex. ^{mo} Adllander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 15 minutos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com base num requerimento do Grupo Parlamentar do PCD, auscultou o Sr. Director da DOPU (Silvino Mendes) sobre a eventual concessão da Lota de Peixe pelo actual Governo a um determinado grupo empresarial. Entrevieram, a

diverso título, os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD) e Adllander Matos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pinheiro
Octávio Boa Morte
Martinho Domingos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Matos
Elsa Pinto
Guilherme Octaviano

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos Santos S. Bragança

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director das Obras Públicas e Urbanismo, queríamos, antes de mais, agradecer a sua presença e dizer que o senhor vem a esta audição em matéria relacionada com as obras de readaptação da Lota de Peixe.

Cumpre-nos informar-lhe que um grupo de Deputados, após a intervenção do Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD, Delfim Santiago das Neves, ele nessa declaração referiu-se à questão da Lota de Peixe e às obras de readaptação e disse que o Governo teria entregue essas obras a uma empresa privada estrangeira, de forma que ele considerava pouco legal. Por isso, um grupo de deputados pediu a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa Comissão foi constituída por Srs. Deputados aqui presentes, é presidida por mim, Albertino Bragança, no sentido de esclarecer e aprofundar as razões que terão levado a este processo de inquérito.

Quero dizer-lhe que o senhor foi chamado a depor, e nós somos obrigados a dizer que, primeiro, nestas comissões de inquérito aqui na Assembleia as audiências são sempre gravadas.

Portanto estamos a ser gravados, daí que tenhamos que falar sempre através do microfone para facilitar a gravação.

Segundo, tenho que dizer-lhe que essas comissões de inquérito baseiam-se na Lei n.º2/2007 do País. São comissões muito especiais e detêm alguns poderes que as demais comissões da Assembleia não têm.

No artigo 15.º, Poderes da Comissão. No número diz que:

1. «As comissões parlamentares do inquérito gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais».

Portanto, é uma componente que as outras comissões especializadas e permanente da Assembleia não têm.

2. As comissões têm direito à coadjuvação dos órgãos de investigação criminal e de autoridades administrativas nos mesmos termos que os Tribunais Judiciais.

3. As comissões parlamentares de inquérito por proposta dos seus membros, podem requerer ao Governo, às autoridades Judiciais, aos órgãos da administração ou às entidades privadas, as informações e documentos que julguem úteis à realização do inquérito.

4. A obtenção das informações e elementos referidos no número anterior têm prioridade sobre quaisquer outros serviços e deverão ser satisfeitas no prazo de oito dias sob pena das sanções previstas no artigo 21.º, salvo justificação dos requeridos que aconselhe a prorrogação daquele prazo ou o cancelamento da diligência.

O senhor foi convidado a depor e o n.º 1 do artigo 19.º diz que:

1. «A falta de comparência perante a comissão parlamentar de inquérito ou a recusa de depoimento só se terão por justificadas nos termos gerais da lei Processual Penal.

2. A obrigação de comparecer perante a Comissão tem precedência sobre qualquer acto ou diligência oficial.

3. Não é admitida, em caso algum, a recusa de comparência de funcionários, de agentes do Estado e de outras entidades públicas, podendo, contudo, estes requerer a alteração da data da convocação, por imperiosa necessidade de serviço, contando que não fique frustrada a realização do inquérito.»

«No depoimento dos funcionários e agentes só será admitida a recusa com fundamento no interesse superior do Estado, quando devidamente justificado nos termos da lei.»

E, por último, «A forma do requerimento rege-se pelas normas aplicáveis no Código do Processo Penal sob prova testemunhal.»

Portanto, são essas as informações que eu tenho que dar. É claro que o senhor não recusou, apareceu e por isso mesmo, não está muito fora do alcance dos assuntos que estão para ser discutidos. Mas queria que se recordasse que estamos para o ouvir há quase um mês. Foi chamado uma primeira vez, não pôde aparecer, depois da segunda era a Assembleia que o convocou, o senhor disse que não sabia que tinha sido chamado; depois viajou e enviou um grupo que nós considerámos que não estava legitimado nem informado para depor, segundo a exposição do seu substituto e, finalmente, vamos ouvi-lo hoje em relação a este processo de inquérito. Eram estas as informações que eu lhe queria dar e, passo-lhe a palavra para fazer alguma saudação ou dizer algo aos Srs. Deputados, caso queira.

O Sr. **Director da DOPU** (Silvino Mendes): — Bom dia Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu gostaria de agradecer por me terem convidado a prestar informações nesse processo. Para dizer que ouvi agora a explanação do Sr. Presidente da Comissão e dizer que ...no artigo que disse que arrancou e também para explicar que já estive cá uma vez, acompanhando o Sr. Ministro das Obras Públicas, mas estive sentado ao lado, não me foi possível intervir.

A primeira vez que me solicitaram para estar cá, eu até vinha a caminho mas foi suspensa. Explicaram-me que houve uma situação qualquer e que foi suspensa. Porque vinha eu e o Director do Património, ou seja, o seu substituto. Ele até disse que esteve cá uma hora e meia, quase duas horas e que depois foi informado que a reunião ia ser suspensa e seguidamente ligaram para mim, quando eu já estava de caminho para cá a informar de tinha sido suspensa e que seria para a semana seguinte. Só que na semana seguinte eu ia sair do País em serviço mas indiquei no meu lugar um substituto que era o presidente da equipa de fiscalização da obra da Doca. Eu também fiz parte dessa equipa de fiscalização. Fui o subchefe e ele, o chefe. Como não era ele que me substituíria nas Obras Públicas, vieram o substituto acompanhado do ex – chefe da equipa de fiscalização. Se calhar eles é que não souberam explicar e depois houve esse imbróglio todo.

Eu não tive tempo de avisar por escrito porque eu já estava a viajar e também porque me notificaram por telefone e eu respondi por telefone. Podia responder por escrito, mas fi-lo por telefone. E hoje, ligaram-me a dizer que seria às nove horas, mas tínhamos um trabalho também do Governo que terminou há pouco tempo, por isso é que pedi que se adiasse este encontro para as 11 horas.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço o Sr. Director pela disponibilidade. Srs. Deputados, já temos cá o Sr. Director das Obras Públicas e Urbanismo e podemos, tal como fizemos com o Director o Património, colocar as questões que nós acharmos mais adequadas.

Sr. Director, que só tenho uma pergunta a fazer-lhe. Gostaria que me dissesse se as obras de adaptação que ocorrem agora no complexo «Lota de mercado de peixe» são fruto de algum projecto elaborado e autorizado pela autoridade competente, se essas obras passaram pela sua Direcção, se foram analisadas, se há um projecto oficialmente autorizando essas obras. É a questão que deixo, os Srs. Deputados podem também colocar as questões que entenderem. O Sr. Director pode registar as perguntas.

O Sr. **Director da DOPU**: — Só queria saber se posso responder as essas perguntas no fim ou vou respondendo à medida que me são colocadas.

Bem, dando resposta ao Sr. Presidente da Comissão, as obras começaram com alguma revelia da DOPU. Nós não tínhamos conhecimento das obras, só tomamos conhecimento quando se começou a veicular notícias na Comunicação Social e daí dirigimo-nos ao local da obra para nos inteirarmos sobre o assunto. E dali é que tomamos todos os outros conhecimentos.

Notificamos para se legalizar as obras, para que as coisas fossem executadas de acordo com as leis vigentes e neste momento nas Obras Públicas temos o projecto das obras. Foi-nos submetido um projecto, à *posteriori*, para aprovação, e o processo de aprovação está concluído, faltando só fazer o ofício para enviarmos o requerente. O projecto está nas Obras Públicas. Mas naquela altura não tivemos procedimentos maiores porque foi-nos dito que eram obras do Governo e como a primeira parte das obras já tinha um processo concluído face aos contornos que as obras tomaram por questões financeiras, etc., o empreiteiro tinha pedido a entrega provisória e depois a entrega definitiva da obra porque não se vislumbrava nada em termos de continuação dos trabalhos e coisas assim, portanto, ele pediu e a equipa de fiscalização depois de analisar, submeteu o pedido a instâncias superiores e vimo-nos na condição de fazermos os devidos autos e passar o empreendimento à Direcção do Património. Neste momento são as revelações que posso dar face à pergunta que fez. O projecto está nas Obras Públicas, está numa fase de conclusão do processo de aprovação, se calhar hoje mesmo já estaremos a remeter o projecto ao requerente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Director da DOPU e acho que na sequência da questão que foi abordada pelo Sr. Presidente e das informações que acabamos de receber, faço esta solicitação na sequência das medidas que a DOPU tem

tomado e que infelizmente verifiquei que a DOPU tem dois pesos e duas medidas, o que é lamentável. Porque eu já tive caso de obras que a DOPU, depois de ter conhecimento que iniciaram, penalizou fortemente e eu admiro como é que neste caso tem dois pesos e duas medidas e nesses aspectos nós até deveríamos recorrer para a suspensão imediata da obra. E o que eu gostaria de saber é os seguintes: quem é o dono da obra? Quando é que entrou o projecto? De acordo com normas da DOPU, porque é que não é penalizado?

É que a obra é do País, do Governo, do Estado, do Povo são-tomense. Mesmo quando um indivíduo ocupa uma função ele não é detentor nem proprietário dessa obra em termos de sector privado. Portanto, era bom que o Sr. Director me clarificasse sobre estas questões que acabei de colocar, de modo a permitir-me outras reacções.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, também queria cumprimentar o Sr. Director da DOPU.

Sr. Director, por aquilo que constitui informação dos são-tomenses a Doca foi construída para um fim inicial, portanto, ao longo dos tempos constatamos que esse empreendimento está aí e não serve ao fim a que inicialmente se destinou. Entretanto, nós sabemos que existem obras em curso nesse empreendimento.

Gostaria que me dissesse de forma peremptória em que momento, enquanto director ficou ligado a este projecto da Doca, enquanto director.

Porque o senhor falou aqui que houve uma certa controvérsia e então em que momento exacto a DOPU, enquanto instituição do Estado tomou conta desta questão. A segunda pergunta, queria saber também de forma categórica, que instituição do Estado solicitou a alteração ou a continuidade dos trabalhos da Doca? Porque nós sabemos que qualquer empreendimento a ser construído tem um dono de obra e no nosso Estado temos a DOPU, temos as Finanças para pagar, mas temos um destinatário final. Então quero saber exactamente qual é a instituição do Estado que solicitou a alteração e que neste momento é a ponte entre a DOPU e todos os projectos que estão em curso. Quem responde?

Subsequente a esta pergunta faço outra: Que ordem expressa das autoridades recebeu? De que forma revestiram estas ordens?

Quando estou a falar de ordens falo de despachos, resoluções, deliberações, decretos, ... qual é a forma que elas revestiram para que a DOPU depois pudesse tomar conta da questão?

Querida saber também se de forma técnica, tendo em conta que houve um objectivo inicial, um da Doca e houve depois uma interrupção, uma suspensão dos trabalhos e depois retomaram os trabalhos. Se tudo isso resulta de algum caderno de encargos, de alguma ficha técnica, para que a DOPU pudesse avaliar a questão.

Nós sabemos que enquanto particulares, temos a planta que é aprovada pela DOPU e a mínima alteração de janelas ou de fachadas ou de parte no interior ela tem que ser validada e homologada pela DOPU. E a isso temos que acrescentar um documento adicional ao primeiro documento. Portanto, se é uma ficha técnica, se é caderno de encargos e depois, neste caso, pode até não ser a questão da componente financeira. Nesta questão, quanto é que custou ou quanto é que custará ao Estado estes trabalhos de retoma na Doca.

Depois das suas respostas poderei colocar outras, se elas nos satisfazem ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adlander Matos para uma intervenção.

O Sr. **Adlander Matos** (MSLTP/PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Director havia dito que tomou contacto, tomou conhecimento depois de as obras terem começado. Agora, quero perguntar – acho que essa questão já foi colocada aqui, que medida foi tomada pela DOPU depois de tomar conhecimento?

Disse que foi submetida à DOPU o projecto para apreciação e futura aprovação, estando a decorrer o projecto, o que quero saber de concreto, as obras estão suspensas ou estão a decorrer, enquanto está sendo apreciado o projecto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director para responder.

O Sr. **Director da DOPU**: — Sr. Presidente, por ordem das perguntas, passaria a responder ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano, que fez a pergunta, relativamente, aos procedimentos da obra em curso. Também, se percebi bem, é uma pergunta que se confunde muito com uma das perguntas da Sra. Deputada Elsa Pinto.

Disse aqui que a DOPU tomou conhecimento da execução dos trabalhos através da comunicação social, e lembro-me bem que quando também estive cá o Sr. Ministro fez-se-lhe uma pergunta muito parecida com esta e que disse, na altura, que ele desconhecia o projecto da obra. Também faço das minhas as palavras dele, portanto, já tinha dito aqui que só tomamos conhecimento através da comunicação social...

O Sr. **Presidente**: — Quanto tempo depois do inicio das obras, mais ou menos?

O Sr. **Director da DOPU**: — Não posso precisar, porque foi através da comunicação social e, pelo que vimos lá, quinze dias ou mês. Mas não posso precisar. Fomos para lá e fizemos os trabalhos normais de fiscalização das obras nacionais – podem ser obras privadas ou públicas – solicitamos as devidas documentações da obra, porquê? Porque estávamos perante uma obra que conhecíamos, que a DOPU tutelava. Através do Ministério das Obras Públicas, a DOPU era a instituição que tutelava a obra, não só por inerência de funções, a DOPU também é que tutelava a sua fiscalização. Claro que, para nosso espanto, do nada ouvir pela comunicação social que as obras estavam em curso.

Entretanto tivemos algum cuidado; tudo bem, as coisas estavam feitas e eu não sabia. Porque, os Srs. aqui sabem, tomei as funções ainda este ano e pode ser que eram coisas já negociadas antes de assumir as funções e que, por algum motivo ou outro, não tivesse todo o conhecimento. Então pusemo-nos a certificar de que não havia alguma coisa tratada neste sentido. Chegamos a conclusão que não! Mas como a obra já tinha sido entregue a Direcção do Património, naturalmente, dirigimos àquela Direcção para inteirarmos mais sobre a obra. A verdade é que ela já tinha conhecimento da execução da obra e estava, no momento, a tratar das questões que tinham que ver com ela. Nós, claro, vimo-nos na condição de suspender as obras...

O Sr. **Presidente**: — Não percebi, tiveram que suspender as obras?

O Sr. **Director da DOPU**: — Não, tínhamos que, se as obras foram iniciadas à nossa revelia, se não tínhamos documentações, suspender. Mas aí foi-nos solicitado, através da Direcção do Património, para irmos fazer avaliações técnicas do que estava a ser feito, se ia contra alguns preceitos de construção. Não havendo isso, não suspendemos as obras, mas sugerimos que tratassem dos documentos todos dentro de um *timing*, e é dentro desse *timing* que o projecto depois deu entrada a DOPU para apreciação. Por isso é que a obras não foram suspensas, porque em termos técnicos elas não infringiam preceitos nenhuns. A verdade é que, em termos administrativos e burocráticos, sim!

Mas, por ser obra do Governo fomos um pouco cautelosos com isso. Normalmente com as obras do Governo temos procedimentos diferentes. Porque fomos lá, seguimos os trâmites técnicos normais e faltava, claro, os procedimentos burocráticos e foi-nos solicitado...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, uma pergunta pontual.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O projecto era de continuidade, ou de alteração substancial?

O Sr. **Director da DOPU**: — De alteração substancial. Porque, naturalmente, estávamos em condições de suspender a obra, só não o fizemos porque foi-nos solicitado. Mas isto sempre aconteceu, quando são questões do Governo que mexem algum investimento externo, algo do proveito público tem que se ter algum cuidado. É nesse sentido que não o fizemos. Fomos para lá, aliás fiz parte da equipa que fiscalizou a obra, fomos ver as intervenções que estavam a ser feitas e, em termos de segurança do edifício, não se punha. Por isso é que orientamos a instituição que passou a tutelar a seguir os trâmites normais, fazer os projectos e enviar para apreciação. Se o projecto não está conforme a gente ia parar as obras, e não vimos isso no projecto.

Houve uma falha de arquitectura que se pediu que se corrigisse, porque o que estava lá não era o que estava no projecto, pedimos para corrigir e actualizar e o fizeram. Isso assumimos porque – só se as informações não condizerem – sentimos da obra que era alguma coisa que traria algum proveito positivo para o País, porque se não, não o teríamos feito.

Porque ainda antes de se entregar as obras para...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Volto a retomar a questão, relativamente, ao projecto: era uma obra de continuidade, ou houve alterações substanciais?

O Sr. **Director da DOPU**: — Já me referi a isso...!

A Sra. **Elsa Pinto** (MSLTP/PSD): — Falou-me de falhas, falou-me de que podia ter uma falha arquitectónica...

O Sr. **Director da DOPU**: — Não, não disse que podia ter! O projecto tinha um lapso arquitectónico. Mas isso foi do técnico que estava a projectá-lo...

A Sra. **Elsa Pinto** (MSLTP/PSD): — Mas isso foi ultrapassado...

O Sr. **Director da DOPU**: — Sim foi ultrapassado.

A Sra. **Elsa Pinto** (MSLTP/PSD): — Mas, a natureza da alteração como é que é? Porque a Doca é Doca, e a alteração era ao projecto da Doca, ou outra coisa?

É isso que lhe queria perguntar de forma clara.

O Sr. **Director da DOPU**: — Não, sabe-se que o projecto inicial era Lota de pesca, mas chegou a conclusão de que não era viável e já se estudava, antes de se passar a obra ao Património, outra viabilidade para o empreendimento. Não sei se se chegou a passar na comunicação social, mas nós nas obras públicas sabíamos que havia negociações, movimentações no sentido de se arranjar investidores. Falou-se em clínica, em supermercado, em centro comercial, em muita coisa. Agora, a concretização disso, não sabíamos! Confesso que não existe nenhum documento na DOPU que confirma que, pelo estudo que se fez, o empreendimento passa a supermercado, ou coisa do género. Mas, quando entregamos a obra para a Direcção do Património ela ainda era Doca, mas haviam estudos, já se dizia, já se veiculava aqui que, como Doca, não funcionava. Mesmo porque o próprio projecto tinha lacunas que complicariam muito a utilização da obra como Doca. Isso, na própria fiscalização, foi discutido e dissecado durante a execução da obra e, ainda naquele tempo, a equipa de fiscalização estivemos em algumas visitas técnicas para o estudo da viabilidade económica do empreendimento e já se via que, como Doca, teríamos alguns problemas com a utilização do edifício...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Director., o senhor. por diversas vezes disse que recebeu orientações da Direcção do Património...

O Sr. **Director da DOPU**: — Solicitação!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Solicitação. E essa solicitação que recebeu foi de que forma, verbal, por escrito, quem de concreto? Era bom que precisasse, quem!?

O Sr. **Director da DOPU**: — A Direcção do Património tem um director e há um técnico daquela direcção que também fez parte da fiscalização. Na conversa técnica e administrativa entre os sectores foram analisadas essas questões e foram-nos solicitadas. A verdade é que na altura – se calhar não nos convinha que fizesse por escrito – tratamos isto, institucionalmente, e não conheço algum documento...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Mas essa orientação verbal vincula? Tendo em conta a sua experiência profissional, acha que essa orientação verbal o vincula, é um elemento que o permite vincular? Tem a autoridade, tem força que o vincula?

É essa a questão que gostaríamos de saber.

O Sr. **Director da DOPU**: — Administrativamente, não! Mas, além de sermos representantes das instituições em questões administrativas, também somos técnicos e trabalhamos juntos nessas questões. Naturalmente, na azáfama do trabalho no terreno, definimos questões que, se calhar, depois nos escapam em oficializar. E foi neste contexto que definimos as coisas. É a informação que tenho a prestar.

Pausa.

Respondi a uma série de questões que tenho que me situar.

Acho que também já passamos a segunda questão da Sra. Deputada Elsa Pinto, que instituição solicitou a obra, também já foi visto; que instrumentos legais revestiram? Em relação a instrumentos legais, na houve nenhum até o projecto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Quem submeteu o projecto?

O Sr. **Director da DOPU**: — O projecto foi-nos submetido pela Direcção do Património, mas quem o assina é o projectista...

A Sra. **Elsa Pinto** (MSLTP/PSD): — Projectista do Estado, ou projectista do particular?

O Sr. **Director da DOPU**: — O projectista do Estado é a Direcção das Obras Públicas, mas a Lei n.º 8 tira-nos isso...

Murmúrios dos Srs. Deputados do MLSTP/PSD.

E já que a Lei n.º 8 nos tira, o Estado...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos deixar responder o Sr. Director.

O Sr. **Director da DOPU**: — A Lei n.º 8 tira-nos isso, então o Estado tem o à-vontade de subcontratar um projectista particular.

Já que estamos aqui, a lei n.º 8 tira-nos isso e acho que comete um erro crasso, porque daí advém uma série de irregularidades e ilegalidades perante coisas técnicas que é preciso que se fale nessas situações.

Depois tecnicamente interrupções e inícios. Por acaso a pergunta da Sra. Deputada Elsa Pinto foi bem-posta em relação a interrupções e inícios das obras. Essas coisas são feitas tecnicamente, senão não se fazia. A primeira interrupção foi por questões de liquidez para a própria empresa que estava durante um largo período sem se facturar a obra e sentiu-se incapacitada de prosseguir.

Só que na altura a própria obra deparava-se com problema de projecto, as falhas de projectos que são coisas normais da obra. Só que quando o volume é acrescido depois começa a criar constrangimentos consideráveis nas obras e foi necessário sentar e dissecar isso tudo. E chegou-se a conclusão que é preciso parar para resolver isso. A obra na altura chegamos a conclusão que era preciso um refinanciamento à obra, e o financiador recusou-se a fazer porque era normal, é natural, e no entanto, o governo de então deu orientação para se suspender para se fazer essas correcções e essas actualizações.

Então, a conclusão que se chega é que a obra foi suspensa por duas razões, por falta de liquidez por parte do empreiteiro e por questões de alguma correcção do próprio projecto. Depois as coisas não tiveram resolução imediata porque o financiador recusou-se em refinar, então tivemos que fazer um reajusto do orçamento para questões mais urgentes, mas a verdade é que de lá até que se entregou a obra ao património não se fez grandes coisas.

E aí como não se deslumbrava um fim para as obras a empresa viu-se muito penalizada com a situação, porque ela tinha lá todos os equipamentos, tinha pessoais na obra, tinha pessoal de segurança e estava a precaver e pediu que se fizesse entrega para não continuar com os prejuízos que estava a ter. E a fiscalização como intermediário no processo submeteu à instância superior e foi aceite e fez-se a entrega provisória e foi-se fazer a vistoria de todo o processo que ficou por fazer as questões todas e entregou-se as obras e algum tempo depois a empresa voltou a pedir a entrega definitiva porque não se definia que seja entrega definitiva da obra e como património do Estado o empreendimento foi passada à Direcção de Património.

Isso antes do reinício desses trabalhos que estão agora em curso. Sobre o financiamento da obra, não tenho grandes conhecimentos sobre isso, tanto é que antes da Lei 8, pedimos ter algumas informações sobre isso, esse processo só para vos lembrar, o projecto dessa obra foi contactado um gabinete particular, fez-se as obras, o projecto acho que começou em Portugal e algumas partes foram feitas cá, mas o grosso da obra foi feito em Portugal, o projecto veio para cá e o processo passou pelas Obras Públicas, o caderno de encargo também foi feito cá e houve o maior controlo, tanto é que aquelas questões de próprios projectos e as falhas e remoções que foram vistas, acho como questões que se podiam resolver durante a execução da obra o processo da obra teve o seu início já agora com a alteração da lei as coisas passaram isoladas por questões de lei. Não é nossa culpa, sentimos muito com isso, mas quem alterou a lei se calhar não teve a oportunidade de contemplar essas situações e estamos a ter consequência um pouco nefasta dessa nova lei.

Financiarmente não estamos em condições de pronunciar qualquer coisa. Falaram que quando o Sr. Ministro esteve cá falou de algum valor, mas não temos essa informação para vos fornecer.

A pergunta do Sr. Deputado Edlander é se as obras estão suspensas. Voltando ao que eu tinha respondido, digo que não. Não estão pelas razões que eu aqui já apresentei.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Director pelas respostas que deu as questões que foram levantadas. A Sra. Deputada Elsa Pinto tinha pedido a palavra, assim como o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Pois, ficou claro que relativamente a questão financeira a DOPU não foge completamente ao controlo aí, a informação da DOPU sobretudo depois da questão do Lei 8, mas é assim: se as obras não estão suspensas e se há uma continuidade das obras, há um mecanismo de desbloqueamento de verbas.

Porque a obra é do estado, é o património que digamos ficou aqui claro que é o departamento do Estado, sobretudo Estado que assume liderança nesta matéria. Então como é que se procede o desbloqueamento de verba? Podes me dizer já que há essa componente fiscalizadora. Se a obra não está a parar.

O Sr. **Director da DOPU**: — Mas a DOPU não está a fiscalizar as obras.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — A DOPU não está a fiscalizar!

O Sr. **Director da DOPU**: — Não nos foi solicitada a fiscalização das obras.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Quer dizer que a obra do Estado está a prosseguir e não há uma componente fiscalizadora neste momento?

O Sr. **Director da DOPU**: — Nós não sabemos, pode até haver. Mas não nos cabe a fiscalização.

Coube-nos na primeira fase, mas nesta não. O Estado pode muito bem contratar uma fiscalização privada. E pelo que nos parece há uma fiscalização privada, mas a DOPU é que não está a fiscalizar.

Nós nas vistorias vamos nos inteirar nisso, mas neste momento não tenho informação da vistoria para questões financeiras.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Quer dizer que a DOPU não está a fiscalizar?

O Sr. **Director da DOPU**: — Questões técnicas sim. São as vistorias, não a fiscalização.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Só vistorias?

O Sr. **Director da DOPU**: — Sim. Só vistorias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Director, as coisas parecem-me estar mais complicados do que aquilo que eu pensava. Na medida de seguinte, eu tinha levantado a questão de saber quem era quem era efectivamente o dono da obra. Porque não sei se o projecto quando entrou, entrou em nome do projecto. Agora, este da reorientação da actividade Doca/Centro Comercial, está agora em nome do Estado ou em nome de um privado?

Vou continuar depois eu agradeço que me responda. São minhas perguntas concretas.

Continua sendo o Estado a ensombrar, a cobrir ou acolher a obra? Eis a razão que pergunto, quem é a sombra que está atrás. Durante a sua primeira intervenção disse que quando é para fiscalizar ou para analisar as questões de obra do Estado a DOPU tem um outro tratamento. E eu punha-lhe duas questões. Punha-lhe em função de eu em tempo quando fui ministro da educação e a DOPU tinha um tratamento técnico mesmo rígido que eu estive de acordo, porque o que põe em causa é a garantia da qualidade da construção e tudo mais.

Por exemplo há países que têm problemas sísmicos que a DOPU garante esta fiscalização como disse, mas tendo em conta que a Lei n.º 8 já vos esvazia de alguns poderes. E para terminar, eu acho que o tratamento em relação a obra do Estado ou do privado deve ser a mesma.

Primeiro como sabe deve haver a questão que ela deve obedecer, porque há uma base urbanística e depois há uma base de segurança na qualidade da construção. Eu acho que a obra do estado ou de privado, ela deverá permanecer o seu critério de fiscalização e seu critério de vistoria ao bem da estrutura urbanizacional do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director da DOPU

O Sr. **Director da DOPU**: — Perguntaram em que nome está o projecto. Eu disse aqui que o projecto foi solicitado pela Direcção do Património, só que está em nome do projectista. Porque o projectista assinou o projecto.

O Sr. **Presidente**: — Mas está em nome de quem?

O Sr. **Director da DOPU**: — Está em nome do arquitecto Alexandre. É o arquitecto Alexandre que subscreveu o projecto. Tem nome dele.

É o projecto da Doca...

Uma voz: — É projecto original?

O Sr. **Director da DOPU**: — Original não. Original é um projecto de um gabinete português de um são-tomense que vive em Portugal. O Sr. Pina, mas agora, o projecto de requalificação é subscrito pelo arquitecto Alexandre, e num dos ofícios que remete o projecto à DOPU ele fala da empresa que está a construir. Que a SEGADE ou qualquer coisa.

No ofício ele diz que a obra está sobre tutela da empresa SEGADE, entretanto remete o projecto de alteração para apreciação. Mas a Direcção de Património é que nos enviou o projecto. Para nós para todos efeitos quando se pediu para corrigir a arquitectura nós ligamos a Direcção de Patrimónios e eles contactaram o arquitecto Alexandre.

Mas o arquitecto Alexandre no ofício que faz referência a empresa, que talvez não deveria ser, mas nós contactamos a Direcção do Património. Há uma ligação entre a Direcção de Património e empresa de está a construir, acho eu. Como o património agora está com a Direcção do Património pensamos que é assim. Mas a Direcção de Património não assina o ofício que foi para o DOPU. É o arquitecto Alexandre e a empresa construtora que assina o ofício porque eles fizeram trabalho conjunto. Quando pedimos a correcção o

arquitecto Alexandre não estava no país e fez uma procuração para a empresa construtora e foi essa empresa que corrigiu o projecto.

Há alguns cálculos feitos que não foi feito pelo arquitecto Alexandre, porque ele não podia fazer. Foi feito pelo um engenheiro da empresa construtora. É são-tomense, mas trabalha naquela empresa.

Então, é um projecto de alteração conjunto entre o arquitecto Alexandre e a empresa construtora. Eles falam da empresa promotora no ofício, mas no projecto acho que é um trabalho conjunto entre a empresa construtora, promotora e talvez sobre ágil da Direcção do Património.

O Sr. **Presidente**: — Queria perguntar-lhe o seguinte, se me permite: vejo que o Sr., enquanto responsável, utiliza expressões como «talvez não devesse ser», «talvez não devia ser assim», o que é que o Sr. pensa disso tudo?

O Sr. **Director da DOPU**: — Antes de responder a essa questão...

O Sr. **Presidente**: — Perguntei, o Sr. enquanto responsável do Estado.

O Sr. **Director da DOPU**: — Antes de responder, directamente, a pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Vou apenas repetir a questão...

O Sr. **Director da DOPU**: — Não, entendi a sua pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Vou repetir porque não tinha o micro ligado, devido a gravação.

Pois, estava a dizer-lhe que, face as suas expressões, enquanto responsável das Obras Públicas e Urbanismo, que é que pensa desse processo, se seguiu as normas? Compreendo com é que fala e compreendo a sua posição, mas gostaríamos de saber a sua opinião.

O Sr. **Director da DOPU**: — Precisamente, não me lembro ter usado muito a indecisão aqui. Usei-a há pouco tempo quando me perguntaram sobre em que nome está o projecto, e respondi a verdade, não ia dizer uma coisa que não sei. O projecto está, como disse, foi-nos apresentado pela Direcção do Património, mas é o que lesta lá escrito e não posso dizer o que não é verdade. Quando disse «talvez» é porque é «talvez», não sei o que dizer.

Como Director das Obras Públicas, o que acho disso é que as coisas não podem ser assim, e chamei atenção perante isso. Só para explicar também que essa fase da aprovação do projecto aconteceu quando estava fora e era o meu colega é que me estava a substituir. Quando cheguei analisei o processo e vi que, depois do documento ter dado entrada na DOPU, os procedimentos foram normais. Só que, naturalmente, são questões que envolvem outras instituições e é preciso depois ver o que não deve corrido muito bem, e disso estamos a tratar. Por isso é que disse «talvez», não posso dizer «sim» ou «não» quando não tenho a certeza.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Director, como sabe gostaríamos de ter uma informação o mais clarificadora possível, quanto mais é para nós bastante importante.

Disse que o Sr. Arquitecto Alexandre, que subscreveu o projecto em representação de uma empresa promotora, ou responsável, já agora podia-nos dizer como é que se chama essa tal empresa pseudo-promotora, e se ela se encontra cá inscrita em São Tomé nos serviços competentes da DOPU?

O Sr. **Director da DOPU**: — Por acaso fez uma pergunta agora pertinente! O processo ainda não está concluído por causa disso, estamos a certificarmos. A empresa, se a memória não me falha, é CEGADIS, ou CECADIS, mas neste momento é que sabemos da empresa. Ela é promotora, mas não é construtora. De acordo com as nossas atribuições, cabe-nos tratar das questões ligadas à construção civil e as obras públicas. Quem está a construir é a Mota Engil, a empresa que começou o processo; dessa temos todo o processo, mas da CEGADIS ou CECATIS não temos.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já fizemos uma serie alargada de intervenções, respondeu como lhe competia, de maneira que queríamos saber se existem outros Srs. Deputados que têm mais questões a apontar de modo a prosseguirmos, ou concluirmos essa audição...

O Sr. **Director da DOPU**: — Perdão Sr. Presidente, há aqui uma pergunta que não respondi, que é a do Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sobre quem é a sombra que está por trás disso. Sinceramente, não sei! Alguma informação, fora do que prestei aqui, não sei!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo qualquer outra questão a ser levantada, vamos dar por terminada esta audição.

Agradecemos, sinceramente, ao Sr. Director das Obras Públicas pelas suas respostas, que ajudam a compreender, digamos, este processo das obras de reabilitação da Lota de mercado de peixe.

Queria lhe dizer que registamos as suas questões, elas estão gravadas. Podia dar-me o seu nome completo?

O Sr. **Director da DOPU**: — Silvino Neto Sousa Mendes.

O Sr. **Presidente**: — Vamos registar isso para o relatório e depois poderemos chamá-lo para assinar as suas declarações. Muito obrigado pela sua presença.

Srs. Deputados, por hoje é tudo e vamos depois passar este depoimento e as nossas intervenções para o relatório. Vou trabalhar com o novo relator, temos os dados todos arrumados e vamos ter que fazer esse trabalho.

Bom fim-de-semana para todos.

Vozes: — Obrigado, igualmente!

A reunião foi encerrada às 12 horas e 10 minutos.